

Para uma apropriação social das iniciativas de comunicação comunitária em TV: desafios e potencialidades do Canal da Cidadania¹

Adilson Vaz CABRAL FILHO²
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

Resumo

O presente trabalho articula a apropriação social de iniciativas de comunicação comunitária em TV no Brasil com o desenvolvimento de pesquisas e projetos em políticas de comunicação para impulsionar um setor distinto do estatal/governamental e do privado/comercial para a área. O artigo contextualiza historicamente o Canal da Cidadania, apresentando a atuação de alunos das disciplinas de Mídia e Movimentos Sociais e Produção Audiovisual 2 do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, numa pesquisa sobre a comunicação comunitária no âmbito local. Por fim são apresentados o atual status e as perspectivas para a implementação do Canal da Cidadania no município de Niterói, em relação ao qual busca-se acompanhar o processo decisório, através de projetos de pesquisa e integração com os grupos diretamente envolvidos.

Palavras-chave: Comunicação Comunitária; Políticas de Comunicação; Canal da Cidadania; Apropriação Social das TICs.

Abstract

This paper articulates the social appropriation of community communication initiatives of TV in Brazil with the development of researches and projects in communication policies for boosting a distinct sector from state/government and private/commercial to the area. The article historically contextualizes the Citizenship Channel, featuring the work of students of Media and Social Movement and Audiovisual Production 2, disciplines of the Social Communication Course of Fluminense Federal University, in a research about understanding and enhancing community communication at local level. Finally, there are presented the current status and prospects for the implementation of the Citizenship Channel in Niterói city, for which the decision-making process is followed, through research projects and integration with the groups directly involved.

Keywords: Community Communication; Communication Policies; Citizenship Channel; Social Appropriation of ICTs.

Introdução

O presente trabalho é motivado pela necessidade de articular uma construção histórica recente no tocante à apropriação social de iniciativas de comunicação comunitária em TV e à realização de pesquisas e projetos em curso, relacionados ao aproveitamento de

¹Trabalho apresentado no GP Economia Política da Comunicação do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Professor do Curso de Comunicação Social e dos Programas de Estudos Pós-graduados em Política Social e de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense - UFF. Doutor e Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo - UMESP. Coordenador do grupo de pesquisa EMERGE – Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência. Presidente da ULEPICC Brasil na gestão 2014-2016. Vice-chair da Seção de Comunicação Comunitária da IAMCR desde 2012. Email: acabral@comunicacao.pro.br.

oportunidades para a implementação e a continuidade de políticas de comunicação capazes de impulsionar um setor distinto do estatal / governamental e do privado / comercial.

Alinhado a movimentações em outros países da América Latina e também a iniciativas relevantes na Europa e América do Norte, esse outro setor necessita estar, ao mesmo tempo, preparado para o enfrentamento de desafios contemporâneos em relação à sociedade organizada e à população em geral: o deslocamento da recepção para outra plataforma de produção e distribuição de conteúdos e a compreensão para o enfrentamento da batalha pela democratização da radiodifusão, compreendida ainda como território de grande interesse para formar opinião pública na sociedade brasileira.

Desse modo, esse artigo divide-se em três partes:

- em primeiro lugar, uma necessária contextualização histórica do Canal da Cidadania, evidenciando sua continuidade, mas levando em consideração seu significativo diferencial em relação a ambientes anteriores de produção e veiculação de conteúdos audiovisuais por parte de grupos organizados;

- em seguida, a formulação e consequente perspectiva de atuação de alunos das disciplinas de Mídia e Movimentos Sociais e Produção Audiovisual 2 do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Busca-se aqui compreender esse setor na construção de um sistema de comunicação no qual se dispõem a atuar como profissionais, para identificar melhores formas de contribuição, percebendo o envolvimento deles na consolidação dessas iniciativas como uma contribuição mais ampla, capaz de tornar mais acessível e solidário o meio para o qual estão se preparando.

- por fim apresenta-se o atual status e as perspectivas acerca da implementação do Canal da Cidadania no município de Niterói, em relação ao qual busca-se, através de projetos de pesquisa e integração com os grupos diretamente envolvidos, acompanhar o processo decisório, visando estruturar bases sólidas de continuidade da iniciativa a ser implementada, contribuindo para inspirar futuras iniciativas no Estado do Rio de Janeiro e, por extensão, no país, mas enfrentando, ao mesmo tempo, desafios cotidianos no tocante a sua sustentabilidade econômica, política e cultural.

Assim, pretende-se analisar o status atual dessa política específica, evidenciando suas potencialidades e desafios a serem encarados por ativistas, realizadores, governantes e pesquisadores da área, no intuito de servir como contribuição para a mobilização social em torno dessa recente iniciativa com componentes significativamente diferenciados se comparados em perspectiva histórica.

1. Perspectivas

O Canal da Cidadania materializa as demandas de um longo caminho histórico na afirmação social de um instrumento político e cultural por parte da sociedade organizada. Trata-se da primeira mídia na legislação brasileira da área das Comunicações que conta com regulamentação que permite veicular conteúdos audiovisuais para toda a população que tenha acesso à televisão aberta.

Num país em que a televisão aberta conta com quase 100% da cobertura do território e a concentração midiática é de tal ordem que quase 100% da população tem acesso ao conteúdo de três redes de dimensão nacional, através de filiadas que veiculam parte considerável de seus conteúdos, a possibilidade de diversificar a programação através de iniciativas comunitárias de comunicação precisa ser vista como perspectiva real de democratização da comunicação por parte de acadêmicos e ativistas.

A produção de vídeos se tornou mais acessível desde os anos 1970, a partir do barateamento dos equipamentos de produção e transmissão. Esta atividade se tornou desejada, estimulada e empreendida por parte de grupos organizados em todo o país, desde quando se tornou evidente, para autores como Santoro (1989, p. 113), a contribuição do vídeo popular “para que as classes populares possam expressar a sua própria visão de mundo, informar-se, registrar sua história”.

Àquela época, os desafios eram maiores e mais limitantes para a sociedade em geral e grupos diretamente envolvidos com o ativismo midiático. Era determinante a necessidade de criar fluxos alternativos de circulação de conteúdos audiovisuais, contrários à hegemonia imposta pelos grupos políticos e empresariais que dominavam o país, incluindo o midiático, além de serem de caráter popular, diretamente apropriados ou com o envolvimento de grupos de apoio oriundos de universidades, sindicatos ou movimentos sociais.

Não a toa, as denominações que designavam essas experiências apontavam essas e outras características como determinantes da atuação em torno dessas iniciativas: comunicação alternativa, contra-hegemônica, popular, entre outras tantas denominações, identificavam o que a UNESCO já apontava como irreversível desde seu conhecido Relatório McBride (1983, p. 349): “indivíduos e grupos podem (ou poderão proximamente) utilizar os seus meios de comunicação e recursos próprios, ao mesmo tempo que os dos meios de comunicação social”.

Ao longo dos anos 1980 e 1990, as iniciativas comunitárias de comunicação possibilitaram a apropriação social de equipamentos e processos de produção por parte de grupos, movimentos e organizações, em práticas distintas de produção própria por grupos populares e assessoria à produção por parte de grupos de apoio, constituídos através de meios sociais e acadêmicos.

Iniciativas de vídeo-debate, tvs de rua, tvs comunitárias e tvs livres se espalharam no país, buscando incentivar a capacidade de produção e veiculação de conteúdos audiovisuais alternativos à mídia hegemônica. Não se tratava apenas da apropriação de meios, mas da compreensão de seus usos para o enfrentamento de questões várias que sempre se colocaram para movimentos sociais e políticos no país. O barateamento das tecnologias permitiu o desenvolvimento de produtos, estéticas e diálogos nos meios sociais, levando à compreensão de que a sociedade e seus grupos constitutivos não se viam representados na mídia hegemônica tradicional.

O próprio desejo de ocupação do espectro não era consensual entre os realizadores, na medida em que defensores do espaço público como forma de conagração popular não acreditavam e nem mesmo se mobilizavam pela ocupação da mídia tradicional em favor das dinâmicas que estabeleciam. Por outro lado, a compreensão de que as mídias criadas a partir da própria comunidade viabilizavam a produção e a circulação de conteúdos diversificados dos tradicionais, colocando-se numa perspectiva contra-hegemônica, fazia crescer a importância da luta pela democratização da comunicação para o fortalecimento das lutas mais gerais. No entanto, ainda partia-se do entendimento de que a comunicação consistia num meio para efetivar essa luta e que a atuação específica em torno desse setor demandava um envolvimento também específico, porém descolado de outras questões estruturais e natureza social, como saúde, educação, moradia, entre outras.

A maturação dessas experiências deu lugar ao desenvolvimento de associações locais, regionais e nacionais, como a ABVP – Associação Brasileira de Vídeo Popular, articuladas a movimentos continentais e mundiais de iniciativas comuns, que floresceram ao longo dos anos 1980, como a Videazimuth – Coalizão Internacional de Videastas Independentes. Muitas dessas experiências eram ligadas a movimentos e ONGs, que se institucionalizaram ao longo dos anos 1990, levando à depreciação de iniciativas próprias e ao investimento na relação com meios massivos. A contribuição da redemocratização do país, bem como do papel que a mídia hegemônica representava nesse contexto, fez com que muitos

investimentos na efetivação de meios próprios fossem deslocados para ações mais diretamente relacionadas com a inserção de conteúdos na mídia tradicional.

Ao mesmo tempo, o movimento pela democratização se desenvolvia no Brasil, compreendendo a necessidade de se regulamentar o setor da comunicação em geral, promovendo oportunidades de veiculação de iniciativas de comunicação comunitária a públicos mais amplos. Assim surgiram as leis da TV a Cabo (1995) e a de Radiodifusão Comunitária (1998), que proporcionaram ainda, em função da mobilização do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, o surgimento de associações específicas, como a ABCCom – Associação Brasileira de Canais Comunitários e a FRENAVATEC – Frente Nacional pela Valorização das TVs do Campo Público, em torno de iniciativas e ativistas midiáticos de TV.

O movimento pela democratização da comunicação alcançou conquistas limitadas, tornando tais associações isoladas na relação com outros movimentos e o próprio movimento de comunicação, porém focado na militância que, de certa forma, herda e reforça o abismo existente no meio acadêmico entre os que pesquisam Políticas de Comunicação e Comunicação Comunitária.

Na prática, ativistas seguem ainda levando adiante iniciativas comunitárias que demandam incentivos, estímulos, envolvimento, bem como regulamentação, regulação e fiscalização, até porque são, por excelência, a democratização da comunicação em termos de pluralidade, diversidade e apropriação por parte da sociedade constituída em suas organizações, a despeito das relações de mercado ou das estruturas de Estado. Por outro lado, ao assumir tais atribuições, o Estado está longe de ser minimizado em seu papel diante da necessidade crescente pela afirmação de um outro setor para além do estatal e do privado, como defende Ramos (2007).

Com a perspectiva de uma regulamentação que viabiliza a existência jurídica do setor, o primeiro canal comunitário de TV a Cabo surge em Porto Alegre e, a partir daí, outros em várias cidades brasileiras. Segundo levantamento de Alice Campos (2014), das quase 300 cidades com TV a Cabo no Brasil, por volta de 110 têm canal comunitário. Muitos deles ligados a políticos, religiosos e comerciantes locais. As poucas experiências efetivamente comunitárias fazem a diferença, mas sempre foram dificuldades a busca por formas de sustentação e o engajamento da população na programação e no apoio à produção. A adesão a essas iniciativas por parte de grupos atuantes na comunicação e na cultura também sempre

foi problemática, em parte devido ao fato de que esses canais são destinados a assinantes de serviço de TV a Cabo e não à população em geral.

Em 2011, com a aprovação da lei 12485, os canais comunitários de TV a Cabo passam também a poder ser veiculados em outros modelos de tv por assinatura, de acordo com a viabilidade técnica das operadoras, possibilitando a expansão, de certa forma, do alcance desses canais. No entanto, o que parece estar sendo a tônica entre ativistas dessas iniciativas é que essas oportunidades estão sendo preteridas frente a possibilidade de afirmação dos canais na TV aberta, a partir dos Canais da Cidadania na TV Digital.

Viabilizados a partir do Decreto 5820/2006 e especificados através de portarias mais recentes (sendo as principais a 189/2010 e a 489/2012), os Canais da Cidadania na TV Digital abrem outra expectativa: esses canais funcionam na TV aberta, em vias de se transformar totalmente em digital, atingindo assim quase a totalidade da população brasileira. São quatro faixas de programação para cada município, sendo uma de âmbito municipal, outra estadual e duas para associações comunitárias, que levam em consideração o histórico de atuação de canais comunitários de tv a cabo existentes, obtendo pontuação adicional em caso de disputa pela destinação das faixas de programação das associações. Se trata de uma oportunidade sem equivalência na história da Comunicação brasileira, pois permitirá a transmissão de conteúdos audiovisuais gratuitamente a toda população.

Para sua implementação, o Canal da Cidadania precisará contar com investimento do poder público local, bem como de organização, articulação, programação qualificada e competências específicas para seu adequado desenvolvimento. Esse conjunto de atribuições, somados ao desafio político que representa a acolhida e a implementação desses canais em cada município, coloca para as organizações sociais a necessidade de estabelecerem melhores articulações e competências capazes de transformar em exitosas as iniciativas a serem empreendidas.

2. Competências

Diante da necessidade de se contribuir para a dinâmica recente das iniciativas de comunicação comunitária no âmbito das pesquisas que coordeno na Universidade Federal Fluminense, está se levando a cabo uma proposta de envolvimento dos alunos a partir da disciplina Mídia e Movimentos Sociais, buscando dar conta das principais demandas do ativismo em torno dessas mídias.

A proposta é identificar uma série de elementos de contribuição para a obtenção da licença em tempo hábil, bem como estabelecer processos que estimulem a gestão, a programação e a produção das iniciativas comunitárias de comunicação por parte de grupos, organizações e movimentos sociais. Dessa forma, compreende-se o problema não só como de natureza econômica e política, mas efetivamente como cultural.

Há uma necessária contextualização inicial quanto às reflexões recentes sobre política cultural e de comunicação no país, bem como a caracterização das tvs comunitárias quanto à definição de modos de produzir e veicular conteúdos audiovisuais para a população. A modalidade do Canal da Cidadania torna possível aspectos antes preteridos a ativistas e pesquisadores. Por um lado, radicaliza a facilidade de diálogo e envolvimento por parte da população, por outro, está sendo ainda preterido, pela própria dificuldade de estruturação da iniciativa, além de relacionado a um suporte compreendido como ultrapassado diante a significativa circulação de conteúdos na Internet.

Compreendido o contexto midiático e político no qual se inserem os canais, em virtude da atuação de ativistas midiáticos e integrantes de movimentos sociais em torno deles, os estudantes são levados a compreender suas dinâmicas de produção e consequentes competências necessárias para incrementar o reconhecimento dessas iniciativas e o possível engajamento de futuros envolvidos na continuidade destes. São apresentados à turma diversos temas envolvendo a necessidade de levantar informações sobre o funcionamento, perspectivas de programação e contribuições na atuação, dividindo-os entre grupos que vão desenvolver análises e elaborar propostas a respeito de suas áreas de atuação:

1. Quem são produtores potenciais? Nos quais são identificados organizações e movimentos da sociedade mais diretamente ligados com a produção audiovisual ou relacionados a áreas estratégicas para qualificar o conteúdo da programação.

2. Quem são articuladores de conteúdos? Aqui propõe-se mapear, no âmbito das cidades envolvidas, sendo o nosso caso, Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, produtores e espaços de fomento à produção de conteúdos para a programação dos Canais da Cidadania. Entende-se por produtores aqui não apenas os que lidam diretamente com a atividade de gravação de conteúdo, mas como todos aqueles que participam de atividades que a viabilizam: cenário, figurino, maquiagem, etc.

3. Quais projetos e políticas de programas são interessantes? Busca-se fazer um levantamento da programação do canal (ao vivo? / gravado? / quais, quantos, quais

horários); distribuição por gêneros televisivos; relação entre entretenimento / informação, entre outros temas que caracterizam os canais existentes da melhor forma.

4. Qual extensão do Canal da Cidadania em: público; acesso; envolvimento; multiplataforma (on e offline); equipamentos (sede, financiamento); apoios? Aqui se trata de fazer um levantamento mais quantitativo a respeito do Canal, para buscar sua proximidade com a comunidade não só em termos de audiência, como de envolvimento com o processo de produção.

5. Pesquisa de definição de público do Canal da Cidadania: aqui se trata de uma pesquisa de opinião a respeito de hábitos de consumo audiovisual daqueles que assistem iniciativas semelhantes ao Canal da Cidadania na TV aberta, no caso, o Canal Comunitário de Niterói, ou mesmo de municípios próximos, como Rio de Janeiro ou São Gonçalo. Busca-se identificar questões como gênero, idade, renda, moradia, cor ... o que lê? O que gosta? Com que contribui? entre outras questões.

6. Produção de programa piloto para Canal da Cidadania: trata-se de proposta mais direcionada a alunos diretamente envolvidos com a produção de conteúdos, a partir dos quais propõem programas piloto desde sua origem, compreendendo a elaboração de um projeto contendo tema, enfoque, gênero, formato, linguagem, possíveis conteúdos e futuras edições, além da gravação de um piloto.

Não são todos os temas trabalhados em cada turma, cujos grupos são formados a partir de afinidades. Compreende-se que o conjunto desses temas é de fundamental contribuição para não só elaborar um (auto)diagnóstico das iniciativas em curso, como também pensar perspectivas de atuação do Canal da Cidadania em relação a sua elaboração.

Outra disciplina iniciada no Curso de Comunicação Social é a de Produção Audiovisual 2, com enfoque mais direcionado à elaboração de projeto piloto, relacionando-os a conceitos usuais do campo do audiovisual trabalhado na perspectiva comunitária / cidadã: qual compreensão de audiência devem ter iniciativas como essa? E que significaria o entretenimento nesse contexto? Em relação à participação, como estimular dinâmicas de colaboração e compartilhamento na contribuição para o desenvolvimento humano na comunidade e o desenvolvimento social a partir da formação de redes no âmbito da cidade e do Estado? Questões como essa precisam estar explicitadas tanto nos projetos de apresentação dos programas, como na elaboração propriamente dita dos mesmos.

O retorno dos alunos com a primeira leva de trabalhos realizados na disciplina de Mídia e Movimentos Sociais, no 2º semestre de 2014, foi o melhor possível. Apesar das

suas limitações e estranhamentos com as Políticas de Comunicações e o foco em práticas comunitárias, a compreensão do Canal da Cidadania de Niterói, em suas limitações e potencialidades, superou as melhores expectativas.

Em primeiro lugar, uma simples, mas necessária constatação: Niterói não se conhece através da TV! Apesar de contar com concessões de radiodifusão liberadas para o município, as poucas vezes em que Niterói aparece no noticiário são relacionadas à área policial ou envolvendo celebridades locais. O resultado disso é que mesmo seus moradores não conhecem bem a cidade em que vivem, sem contar com a contribuição dos meios de comunicação para isso. Os alunos sinalizaram áreas estratégicas nas quais a cidade precisaria ser melhor abordada, como cultura da região, conhecimento histórico e formação da cidade e seus bairros, além de expressões locais que caracterizam os niteroienses. Da mesma forma, sinalizaram a necessidade de atuar mais especificamente no espaço público da cidade, o que impulsionaria a realização de mais programas ao vivo, em espaços de grande circulação ou de visibilidade na cidade, inclusive como forma de divulgação do Canal da Cidadania entre moradores e trabalhadores do município.

Outra contribuição importante foi o levantamento de áreas estratégicas de atuação para futuros programas e a elaboração de faixas/blocos temáticos de programação, que poderiam vir a ser incorporados na dinâmica do Canal da Cidadania: áreas como Esportes / Arte e Cultura / Educação / Notícias / Bem Estar, beleza e saúde / Movimentos e grupos. A proposta aqui é criar referências que sirvam como inspiração para a produção de conteúdos, não uma grade temática rígida na qual os conteúdos deveriam se inserir. Além disso, foi pensada em função do reforço à articulação dos distintos grupos, organizações e movimentos com o conjunto da população, no sentido de construir uma dinâmica na qual os cidadãos se percebam como parte do Canal, potencialmente produtores de suas próprias formas de ver a cidade e o mundo no qual estão inseridos.

O desafio de fugir do estilo dos programas dos canais abertos também foi apontado nos relatórios, sendo esta uma temática historicamente trabalhada na dinâmica do movimento de vídeo popular e, mais recentemente, dos canais comunitários de TV a cabo. Reproduzir a lógica de entretenimento fácil da mídia hegemônica somente traria a mesma prática a qual se critica para uma escala menor, passível de ser dominada pelos grupos produtores. Por outro lado, romper essa estética levando em consideração que a mesma é que forma a relação da população com a mídia seria uma tática suicida ou despreziosa em relação à construção de uma proximidade com o público. É uma questão em relação a

qual extremismos de quaisquer lados não são bem vindos, devendo ser tratada na medida da dinâmica de afirmação e apropriação do canal pela sociedade, com a promoção de constantes debates e monitoramento das práticas implementadas, visando, inclusive, despertar interesse em participar das atividades do Canal, através de diferentes formas e áreas de interesse e/ou expertise.

A percepção dos canais do chamado campo público: não só o comunitário, mas universitário, legislativo, executivo, judiciário e educativo de um modo geral é tida como negativa em relação à população. Não só pela limitação nos recursos, mas por uma significativa busca de afirmação de um padrão de qualidade pautado num entretenimento fácil, que afeta inclusive a relação das pessoas com o cotidiano e com o conhecimento sobre assuntos que contribuem para sua inserção social.

Um amplo e importante mapeamento a ser desenvolvido é o de espaços de atuação: escolas públicas e privadas de ensino médio; atividades e equipamentos culturais existentes; produtores independentes, incluindo de outras plataformas e áreas, como a Web ou a chamada BBC (Batismo, Bodas e Casamentos); competências, espaços e equipamentos disponíveis. Dentro desse levantamento, caberá a realização de um questionário específico a ser implementado junto a alunos do ensino médio de escolas interessadas em contribuir de alguma forma com o Canal da Cidadania.

A síntese do retorno dos trabalhos dos alunos, realizados ao longo de um semestre em uma disciplina do Curso de Comunicação Social, permite levantar uma série de questionamentos relevantes para a continuidade das atividades relacionadas à implementação dos Canais da Cidadania (não só em Niterói, mas em qualquer município cuja população esteja se mobilizando para tal): que tipo de programação / programa efetivamente se aproveita numa iniciativa focada no desenvolvimento da comunidade local? Quais programas e práticas podem ser acolhidos e levados adiante na afirmação do Canal? Quais diálogos podem ser estabelecidos, construídos e fortalecidos com produtores locais e a população, bem como seus possíveis desdobramentos? Em se tratando de uma iniciativa em construção, mas, como visto anteriormente, com diferenciais significativos em relação às práticas anteriores de produção e distribuição de conteúdos audiovisuais com enfoque comunitário no Brasil, indica a necessidade de um longo, mas sólido trabalho a ser feito, na compreensão desse espaço como plataforma de atuação política e cultural para o conjunto das organizações sociais numa determinada cidade.

Busca-se desenvolver uma variação desse trabalho com os alunos na forma de cartilha, com foco na população de Niterói e para movimentos sociais potencialmente interessados no desenvolvimento do Canal, bem como produtores de comunicação e cultura da cidade, incluindo também ativistas midiáticos já diretamente envolvidos com a implementação do Canal, no caso, do município de Niterói.

3. Realizações

A articulação em torno da elaboração do Canal da Cidadania de Niterói foi impulsionada a partir da publicação da Portaria 489/2012 do Ministério das Comunicações (BRASIL, 2012), que estabeleceu regras para a implementação dos Canais da Cidadania no país. Ao estabelecer o papel preponderante do Poder Público municipal na manifestação de interesses para implementar o Canal da Cidadania no município e investir em sua viabilidade estrutural e técnica, a Portaria contribuiu para mobilizar ativistas midiáticos e integrantes de movimentos sociais diversos e mais diretamente relacionados com a área da Comunicação, sendo o caso de Niterói um dos mais relevantes nessa primeira leva de mobilizações, principalmente pela sintonia na articulação entre atores sociais e o Executivo, na compreensão da contribuição do Canal da Cidadania para a cidade.

Foi constituído um grupo comum de trabalho, com integrantes da Prefeitura e da sociedade, que visa garantir mobilização, capacitação e ação organizativa e de produção do Canal, mas também vem tratando de assuntos relacionados à conformação do Canal no Executivo local, envolvendo orçamento destinado a sua implementação e à realização de um projeto técnico que o viabilize para toda a cidade.

Esse grupo vem tratando de temas cruciais para o Canal, como a já mencionada Cartilha para a população e os movimentos sociais e a realização de eventos para debater e divulgar a implementação do Canal na cidade. A I Conferência Local de Comunicação de Niterói, realizada em 2009 como preparação para a I Conferência Nacional de Comunicação, ainda é reconhecida pelas organizações sociais locais como relevante não só para a melhor compreensão da área, como também pela capacidade de articulação do setor específico com setores distintos que compreenderam o papel estratégico da Comunicação na condução de suas lutas.

Também está sendo viabilizada a criação do Conselho Municipal de Comunicação do Canal, com atribuição e funcionamento como um Conselho Local para a gestão cotidiana do Canal, incluindo aí questões como a relação com a área da Cultura na cidade e das Políticas de Comunicação de um modo geral; o caráter do Conselho, se deliberativo ou

consultivo e se remunerado ou não; suas representações sociais; formas de apoio pela Prefeitura / Câmara dos Vereadores, entre outros temas.

A Prefeitura, por sua vez, através da Secretaria de Cultura do Município, está sinalizando a implementação de um espaço para a formação de competências para a elaboração de conteúdos audiovisuais para o Canal da Cidadania entre outras plataformas e espaços de atuação, abertos a sociedade. A implementação jurídica da entidade gestora do Canal e das duas faixas de programação destinadas à organizações sociais locais também estão sendo tratadas, na medida em que envolvem uma documentação extensa ainda exigida pelo Ministério das Comunicações. Parte integrante dessa implementação é a necessária garantia de espaço para a existência efetiva do Canal, junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, que ainda está relacionado à configuração do Plano Técnico de Distribuição de Canais em cada cidade, mas que deveria ser garantido em lei, na medida de uma compreensão inclusiva do artigo 223 da Constituição Federal, que remete ao princípio da complementaridade entre os sistemas estatal, público e privado da Comunicação.

Conclusão

Superada a barreira do acesso à veiculação de conteúdos audiovisuais pela TV aberta, alcançando o conjunto da população através de faixas de programação realizadas pelas próprias organizações da sociedade, o maior desafio no momento é saber o quanto esse cenário não chegou tarde demais. Dadas as condições objetivas de implementação dessa iniciativa comunitária de comunicação, potencialmente capaz de superar limitações de alcance, mas também estéticos, políticos e econômicos em função da experiência acumulada de práticas equivocadas, identificadas ao longo da história de restrições imposta por governos destituídos de vontade política de impulsionar o setor, com a sustentação de uma mídia hegemônica, ligada ao capital e a forças políticas conservadoras do país, que não querem ver transformado o sistema de comunicação vigente.

No entanto, cabe saber em que nível de prioridade encontra-se a mobilização para a implementar esse tipo de iniciativa por parte de movimentos sociais ligados mais ou menos diretamente ao setor, bem como a sociedade em geral. Dada a complexidade de implementação dessa iniciativa e seu retorno presumidamente limitado, pessoas, grupos e organizações envolvidos com a área compreendem a possibilidade de verem seus conteúdos numa mídia tradicional ou ainda investem em iniciativas na Internet, por sua facilidade de

realização e alcance, a despeito de ser um ambiente fragmentado e limitado, do ponto de vista da mobilização do conjunto da sociedade.

Se é possível compreender que mudou o ambiente em torno do qual rádios e tvs comunitárias são acolhidas como relevantes práticas sociais em seus locais de atuação, é possível compreender suas contribuições específicas dentro de um cenário de convergência tecnológica e de plataformas midiáticas que significam importantes territórios de conformação da agenda política e de opinião pública no campo do simbólico e do cultural. Nesse sentido, é preciso superar outro desafio, agora do ponto de vista da programação e da disseminação de conteúdos audiovisuais que se pretendam interessantes no enfrentamento do território midiático tradicional, buscando responder adequadamente a duas perguntas fundamentais: como informar sem ser chato? E como entreter sem ser banal?

Para tanto, é preciso mobilizar setores sociais e acadêmicos envolvidos numa poética mais ampla de compreensão da Comunicação como direito humano, sensibilizando poderes públicos locais à implementação de iniciativas já legalmente consolidadas, buscando comprometer o Ministério das Comunicações e a estrutura do governo federal com a viabilidade sustentável e com um sistema distinto do estatal e do privado.

Tal sistema precisa ser pensado, pelo Estado e pela sociedade, num contexto contemporâneo de convergência transmidiática de ambientes multiplataforma, no qual a relação entre meios massivos e em rede se pense como complementar, bem como a das comunidades locais e a população em geral, compreendendo a expressão máxima da pluralidade e da diversidade existente nesse país, ingredientes fundamentais para a afirmação de nossa cidadania.

Um bom ponto de partida nesse sentido, seria a afirmação de um princípio de complementaridade, tal qual proposto na Constituição Federal, que compreende a divisão do espectro e da verba publicitária de governo de forma equânime entre os setores. É preciso, no entanto, desenvolver estratégias próprias de sustentabilidade e mobilização, contando com distintos públicos e suas competências; temas e abordagens que toquem no cotidiano de todos e contem com conhecimentos de diversas áreas para enfrentar os desafios que se colocam para a afirmação desse espaço de atuação.

REFERÊNCIAS

1ª CONFERÊNCIA Nacional de Comunicação (2010). Publicada em 20 de dezembro de 2009. Disponível em <http://www.fndc.org.br/download/resolucoes-i-confecom/documentos/528925/arquivo/relatorio-aprovada-completo.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2014.

AMARC. Asociación Mundial de Radios Comunitarias (2010). **Principios para garantizar la diversidad y el pluralismo en la radiodifusión y los servicios de comunicación audiovisual**. Publicada em 2010. Disponível em http://legislaciones.amarc.org40Principios/40_Principios_diversidad_pluralismo_libro.pdf. Acesso em 23/08/2012.

BRASIL. Portaria 489/2012. Publicada em 18 de dezembro de 2012. Disponível em <http://www.mc.gov.br/portarias/26252-portaria-n-489-de-18-de-dezembro-de-2012>. Acesso em 02/01/2015.

BROCK, Nils e MALERBA, João Paulo. Um ar mais livre? Uma breve abordagem comparativa da situação legal das rádios comunitárias na Europa e América do Sul. In **IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã 2013**. http://amarcbrazil.org/wp-content/uploads/2013/08/UmArMaisLivre_VersaoMidiaCidada.pdf

CABRAL FILHO, A. V. (2012). Nem privado nem estatal: a ideia de público como um sistema de comunicação In **Revista eCOMPÓS**. Brasília, v.15, n.1, jan./abr. 2012. Disponível em <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/668/572>. Consultada em 29/08/2012.

CAMPOS, Alice. TVs Comunitárias presentes em 20 estados brasileiros. Publicado em 23/05/2014. Disponível em https://pt-br.facebook.com/permalink.php?story_fbid=801650823197924&id=629177627111912. Acesso em 20/06/2015.

INTERVOZES, Coletivo (2009). **Sistemas Públicos de Comunicação no Mundo: Experiências de Doze Países e o Caso Brasileiro**. São Paulo: Ed. Paulus, 2009.

KERN EUROPEAN AFFAIRS (KEA). **The state of community media in the European Union**. Bruxelas, Parlamento Europeu, 2007.

MOREIRA, Gislene. É legal? A regulação da Comunicação Comunitária na esquerda latino-americana. In **Intercom**, Rev. Bras. Ciênc. Comun. vol.36 no.1 São Paulo Jan./June 2013. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-58442013000100011>. Acesso em 09/01/2015.

PERUZZO, Círcia K. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. In **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Publicado em 2006. Disponível em <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf>. Acesso em 01/07/2015.

RAMOS, Murilo César. Sobre a importância de repensar e renovar a ideia de sociedade civil. In RAMOS, Murilo Cesar e SANTOS, Suzy dos. **Políticas de Comunicação: buscas teóricas e práticas**. São Paulo, Ed. Paulus, 2007.

SANTORO, Luiz Fernando. **A imagem nas mãos: o Vídeo Popular no Brasil**. São Paulo, Summus, 1989.

UNESCO (1980). **Um Solo Mundo, Voces Múltiplos** - Comunicación e Información en Nuestro Tiempo. Unesco, 1980. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf>. Consultado em 12/11/2009.

